

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Fevereiro/2017



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Concurso Público para provimento de cargos

Analista Judiciário Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Desenvolvimento sustentável exige educação ambiental.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Gramática e Interpretação de Texto da Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, considere o texto abaixo.

Sandberg, que mudou totalmente o conceito espectador/obra de arte com o seu trabalho de duas décadas no Museu Stedelijk, de Amsterdã, iniciou sua palestra elogiando a arquitetura do nosso MAM-RJ que, segundo ele, segue a sua teoria de que o público deve ver a obra de arte de frente e não de lado, como acontece até agora com o museu convencional de quatro paredes. O ideal, disse ele, é que as paredes do museu sejam de vidro e que as obras estejam à mostra em painéis no centro do recinto. O museu não é uma estrutura sagrada e quem o frequenta deve permanecer em contato com a natureza do lado de fora:

“A finalidade do museu de arte contemporânea é nos ajudar a ter consciência da nossa própria época, manter um espelho na frente do espectador no qual ele possa se reconhecer. Este critério nos leva também a mostrar a arte de todos os tempos dentro do ambiente atual. Isso significa que devemos abolir o mármore, o veludo, as colunas gregas, que são interpretações do século XIX. Apenas a maior flexibilidade e simplicidade. A luz de cima é natural ao ar livre, mas artificial ao interior. As telas são pintadas com luz lateral e devem ser mostradas com luz lateral. A luz de cima nos permite encerrar o visitante entre quatro paredes. Certos museólogos querem as quatro paredes para infligir o maior número possível de pinturas aos pobres visitantes.

É de capital importância que o visitante possa caminhar em direção a um quadro e não ao lado dele. Quando os quadros são apresentados nas quatro paredes, o visitante tem de caminhar ao seu lado. Isso produz um efeito completamente diferente, especialmente se não queremos que ele apenas olhe para o trabalho, mas o veja. Isso é ainda mais verdadeiro em relação aos grandes museus de arte contemporânea. Eles são grandes porque o artista moderno quer nos envolver com o seu trabalho e deseja que entremos em sua obra. Ao organizar o nosso museu, devemos ter consciência da mudança de mentalidade da nova geração. Abolir todas as marcas do establishment: uniformes, cerimoniais, formalismo. Quando eu era jovem, as pessoas entravam nos museus nas pontas dos pés, não ousavam falar ou rir alto, apenas cochichavam.

Realmente não sabemos se os museus, especialmente os de arte contemporânea, devem existir eternamente. Foram criados numa época em que a sociedade não estava bastante interessada nos trabalhos de artistas vivos. O ideal seria que a arte se integrasse outra vez na vida diária, saísse para as ruas, entrasse nas casas e se tornasse uma necessidade. Esta deveria ser a principal finalidade do museu: tornar-se supérfluo”.

(Adaptado de: BITTENCOURT, Francisco. “Os Museus na Encruzilhada” [1974], em **Arte-Dinamite**, Rio de Janeiro, Editora Tamanduá, 2016, p. 73-75)

1. Conforme o texto,
 - (A) muito embora os museus de arte contemporânea optem pela simplicidade em sua estrutura, não devem abrir mão do modo de expor as obras, tampouco das regras e costumes que se foram sedimentando com o passar dos tempos.
 - (B) os museus antigos precisam se adequar a uma nova mentalidade, tornando-se verdadeiros mercados, que possibilitassem a aquisição de obras por qualquer pessoa, a ponto de se tornarem supérfluos com o tempo.
 - (C) por serem pintadas com luz lateral, as telas antigas necessitam de uma luz neutra, sem direcionamento específico e que não interfira em sua apreciação, razão pela qual permanecem em museus tradicionais.
 - (D) os museus atuais deveriam privilegiar a maior aproximação do espectador em relação às obras, o que fica patente pela oposição entre os verbos “olhar” e “ver”.
 - (E) ainda que sejam convencionais, os museus antigos possibilitaram que a arte voltasse a fazer parte da vida das pessoas, contribuindo para a mudança de mentalidade que possibilitou a arte contemporânea.

2. Com a frase *Quando eu era jovem, as pessoas entravam nos museus nas pontas dos pés, não ousavam falar ou rir alto, apenas cochichavam* (3º parágrafo), o autor
 - (A) ilustra o caráter contemplativo do espectador naquela época, cuja presença, na medida do possível, não devia ser percebida, para não interferir no ambiente.
 - (B) mostra como deve se portar, na sua opinião, qualquer pessoa que adentre o espaço de um museu de arte, seja ela antiga ou contemporânea, de modo a demonstrar respeito e educação.
 - (C) considera sua juventude como um período em que não se compreendia a verdadeira função dos museus, o que ocorreu não apenas com sua própria maturidade, passando a respeitá-los com a devida solenidade.
 - (D) ressalta as diferenças de mentalidade entre sua geração e a atual, uma vez que aquela era reprimida por pretender usar o museu como um espaço de convivência.
 - (E) exemplifica a ausência de uniformes e formalidades em sua juventude, em contraposição ao papel social que agora devem assumir os museus, estimulando a seriedade e o comprometimento dos espectadores.



3. O segmento *Isso significa que devemos abolir o mármore, o veludo...* (2º parágrafo) introduz
- (A) exceção às novas práticas propaladas pelo autor.
 - (B) decorrência do que é dito anteriormente.
 - (C) critério que inviabiliza a construção de novos museus.
 - (D) concessão ao raciocínio anterior.
 - (E) possível causa para o que se acabou de falar.
-
4. *O museu não é uma estrutura sagrada e quem o frequenta deve permanecer em contato com a natureza do lado de fora...* (1º parágrafo)
- Quanto à pontuação do período acima, pode-se
- I. acrescentar uma vírgula imediatamente antes da conjunção “e”, uma vez que separaria orações com sujeitos diferentes.
 - II. substituir a conjunção “e” por dois-pontos, pois o que se segue pode ser entendido como uma explicação da primeira parte da frase.
 - III. isolar com vírgulas a expressão “em contato”, uma vez que se trata de locução adverbial, sem alteração do sentido original.
- Está correto o que consta em
- (A) II, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I e II, apenas.
-
5. Considerando-se o contexto, mantêm-se as relações de sentido e a correção gramatical substituindo-se
- (A) *supérfluo* por “imprescindível” (4º parágrafo)
 - (B) *abolir* por “libertar” (2º parágrafo)
 - (C) *encerrar* por “terminar” (2º parágrafo)
 - (D) *infligir* por “impor” (2º parágrafo)
 - (E) *formalismo* por “descompostura” (3º parágrafo)
-
6. *Eles são grandes porque o artista moderno quer nos envolver com o seu trabalho...* (3º parágrafo)
- Com as devidas alterações, caso se invertam as relações de subordinação da frase acima, mantêm-se o sentido original fazendo-se uso da conjunção:
- (A) a despeito de
 - (B) conquanto
 - (C) em conformidade com
 - (D) de maneira que
 - (E) uma vez que
-
7. *...que o visitante possa caminhar em direção a um quadro e não ao lado dele.* (3º parágrafo)
- Isso produz um efeito completamente diferente, especialmente se não queremos que ele apenas olhe para o trabalho, mas o veja.* (3º parágrafo)
- ...no qual ele possa se reconhecer.* (2º parágrafo)
- Nos segmentos acima, os pronomes sublinhados referem-se, respectivamente, a:
- (A) visitante – trabalho – ele
 - (B) quadro – trabalho – espelho
 - (C) quadro – efeito – espectador
 - (D) visitante – efeito – museu
 - (E) quadro – ele – espectador
-
8. Está correto o livre comentário que se encontra em:
- (A) O Masp, embora, desde sua concepção, levasse em conta ideias semelhantes às do texto de Francisco Bittencourt, até o ano de 2015 era ocupado de maneira tradicional.
 - (B) Por mais que o Masp – tinha sido concebido como espaço aberto à compor um só ambiente com a cidade, foi incumbido convencionalmente.
 - (C) Agora pode-se ver os cavaletes de Lina Bo Bardi, plano original de exposição das obras de arte no Masp, em que foram expostos por muito tempo junto as suas paredes.
 - (D) Semelhante ao MAM do Rio de Janeiro, o Masp, projetado por Lina Bo Bardi, tiveram suas datas de fundação muito próximas, açambarcando obras de outros museus brasileiros.
 - (E) Museus como o Masp, sem dúvida, tem um papel decisivo na formação do olhar de pessoas que, durante sua vida, passa a frequentá-lo e a conhecer sua coleção de obras de arte universais.

**Noções de Informática**

9. Utilizando o Microsoft Excel 2013, em português, um Analista Judiciário do TRE-SP, hipoteticamente, teve que definir, em uma planilha, uma regra para tachar o conteúdo da célula que contivesse o texto Carlos, conforme exemplo abaixo.

	A	B	C
1	Nome	Valor	Dependente
2	Mauro Mauricio	32,00	Selma Gomes
3	Carlos Augusto	48,00	Nelio Romão
4	Antonia Augusta	64,00	Zulmira Tanttto
5	Antonio Carlos	80,00	
6	Roberto Carlos	96,00	Rosa Carlos Moraes
7	Tiago Augusto	112,00	
8	Everton Diego Carlos	128,00	
9	Carlos	144,00	
10	Marina Lima	160,00	Robson Carlos
11	Mara Rubia	176,00	
12	Zeze Carmem	192,00	Carlos Camarão
13	Carlos	208,00	

Para tanto, após clicar na guia Página Inicial e tendo selecionado as células de interesse, o Analista, em seguida, escolheu, corretamente,

- (A) Formatar como.
- (B) Inserir Regra.
- (C) Formatação Condicional.
- (D) Estilos de Célula.
- (E) Formatar Regra Condicional.

10. Considere o texto abaixo.

Com efeito, nesse tipo específico de delito, o agente obtém, para ele ou outrem, vantagem ilícita (numerário subtraído de conta bancária), em prejuízo de alguém (a vítima, cliente de banco) mediante o emprego do artifício da construção de uma página eletrônica falsa ou envio de mensagem eletrônica (e-mail) de conteúdo fraudulento. Não haveria, como se disse, qualquer dificuldade de enquadramento do praticante do “ato ilícito” no art. 171 do CPC, impondo-lhe as sanções previstas nesse dispositivo (reclusão, de um a cinco anos, e multa). Além do mais, quando o criminoso implementa o último estágio da execução ilícita, que é a subtração não autorizada dos fundos existentes na conta da vítima, a jurisprudência tem entendido que aí está caracterizado o crime de furto qualificado, previsto no art. 155, § 4º, II.

(Adaptado de: REINALDO FILHO, Democrito. Disponível em: <http://www.teleco.com.br/pdfs/tutorialintbank.pdf>)

Hipoteticamente, um Analista Judiciário do TRE-SP identificou, corretamente, o ato ilícito referido entre aspas no texto como um tipo de fraude por meio da qual um golpista tenta obter dados pessoais e financeiros de um usuário, pela utilização combinada de meios técnicos e engenharia social. Comumente realizado por meio da internet, esse golpe é caracterizado como

- (A) *identity theft.*
- (B) *fielding.*
- (C) *phishing.*
- (D) *hacker.*
- (E) *worming.*

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

11. Considere a seguinte situação hipotética: Pedro é servidor público federal há vinte e cinco anos e, em janeiro de 2016, foi nomeado para exercer o cargo de Ministro de Estado, razão pela qual mudou-se, pela primeira vez, da cidade de São Paulo, onde residia, para morar em Brasília com sua companheira Joana. Cumpre salientar que, em dezembro de 2015, a companheira de Pedro adquiriu um imóvel em Brasília com o objetivo de alugá-lo e assim obter uma renda extra, no entanto, o imóvel ainda não foi locado. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, Pedro

- (A) terá direito ao auxílio-moradia se a companheira de Pedro vender o imóvel.
- (B) não terá direito ao auxílio-moradia, vez que o imóvel de Joana representa impeditivo legal ao aludido benefício.
- (C) terá direito ao auxílio-moradia, desde que a companheira de Pedro não ocupe imóvel funcional em Brasília.
- (D) terá direito ao auxílio-moradia, independentemente de qualquer outro requisito legal.
- (E) não terá direito ao auxílio-moradia, vez que a lei veda tal benefício para o cargo de Ministro de Estado.



12. Considere a seguinte situação hipotética: Beatriz, servidora pública do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, está sendo processada pela prática de ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito. Cumpre salientar que o Ministério Público Federal, na petição inicial da ação de improbidade, afastou a ocorrência de prejuízo ao erário. Nos termos da Lei nº 8.429/1992,
- (A) a medida de indisponibilidade de bens não é cabível, tendo em vista a modalidade de ato ímprobo praticado e a inexistência de prejuízo ao erário.
 - (B) na hipótese de falecimento de Beatriz, seu sucessor estará sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa, que, excepcionalmente, poderá ultrapassar o valor da herança.
 - (C) a medida de indisponibilidade de bens é cabível, no entanto, recairá somente sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.
 - (D) Beatriz é parte ilegítima para figurar no pólo passivo da ação de improbidade, por não figurar no rol de agentes públicos sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa.
 - (E) na hipótese de falecimento de Beatriz, seu sucessor não responderá por qualquer sanção, tendo em vista a modalidade de ato ímprobo praticado.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

13. Marcio será empossado no cargo de juiz do TRE-SP. Segundo o Regimento Interno do TRE-SP, o prazo para a sua posse será de trinta dias, contados da publicação oficial da nomeação,
- (A) podendo este prazo ser prorrogado pelo Tribunal por, no máximo, sessenta dias, desde que assim o requeira, motivadamente, o juiz a ser compromissado.
 - (B) sendo este prazo improrrogável, por expressa determinação regimental.
 - (C) podendo este prazo ser prorrogado pelo Tribunal por, no máximo, noventa dias, desde que assim o requeira, motivadamente, o juiz a ser compromissado.
 - (D) podendo este prazo ser prorrogado pelo Tribunal por mais quinze dias, independentemente de requerimento.
 - (E) podendo este prazo ser prorrogado pelo Tribunal por mais cinco dias, independentemente de requerimento.

14. De acordo com o Regimento Interno do TRE-SP, caberá ao Tribunal o julgamento originário da ação de impugnação de mandato eletivo, dentre outros, de
- (A) Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, interposta, em petição dirigida ao Vice-Presidente, no prazo decadencial de dez dias, contados da diplomação.
 - (B) Senador e Deputado Federal, interposta, em petição dirigida ao Presidente, no prazo decadencial de trinta dias, contados da diplomação.
 - (C) Deputado Federal e Deputado Estadual, interposta, em petição dirigida ao Presidente, no prazo decadencial de trinta dias, contados da diplomação.
 - (D) Deputado Federal e Deputado Estadual, interposta, em petição dirigida ao Vice-Presidente, no prazo decadencial de cinco dias, contados da diplomação.
 - (E) Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, interposta, em petição dirigida ao Presidente, no prazo decadencial de quinze dias, contados da diplomação.

Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Atenção: Para responder às questões de números 15 e 16, considere a Portaria nº 214/2015, que institui o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – TRE-SP.

15. Os membros e suplentes da Comissão Permanente de Ética do TRE-SP
- (A) apurarão irregularidades que possam configurar violação aos preceitos do Código de Ética dos Servidores do TRE-SP, no exercício de suas atribuições perante a Comissão Permanente de Ética.
 - (B) desempenharão suas atribuições com prejuízo daquelas inerentes a seus cargos efetivos, cargos em comissão ou funções comissionadas.
 - (C) poderão ser designados para, simultaneamente, compor Comissão de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar.
 - (D) não serão remunerados pelos trabalhos desenvolvidos na Comissão.
 - (E) deverão apresentar relatório semestral das atividades da Comissão.



16. Considere a seguinte situação hipotética: Rodrigo é servidor público do TRE-SP e chefe de determinado setor do Tribunal. Em determinado dia, após o expediente de trabalho, saiu com seus colegas de trabalho do Tribunal e dirigiu-se a renomado restaurante da cidade que, por coincidência, naquele dia, era frequentado também por importantes autoridades públicas, que, inclusive, conheciam Rodrigo enquanto servidor do Tribunal. Após ingerir grande quantidade de bebida alcoólica, Rodrigo ficou fortemente embriagado, causando uma situação extremamente constrangedora perante os presentes no local. A conduta de Rodrigo
- (A) não constitui vedação prevista no Código de Ética, pois, ainda que fora do ambiente de trabalho, não trouxe qualquer consequência ou implicação ao Tribunal ao qual pertence.
 - (B) não constitui vedação prevista no Código de Ética, pois a vedação concernente ao tema da embriaguez abrange tão somente a embriaguez no ambiente de trabalho.
 - (C) trata de vedação prevista no Código de Ética, que também proíbe a embriaguez fora do ambiente de trabalho, em quaisquer hipóteses.
 - (D) trata de vedação prevista no Código de Ética, tendo em vista que a embriaguez, ainda que fora do ambiente de trabalho, comprometeu sua imagem pessoal e, por via reflexa, a institucional.
 - (E) não se trata de vedação expressamente prevista no Código de Ética, no entanto, trata-se de comportamento inadequado, que também sujeitará o servidor à penalidade administrativa cabível.

Estatuto da Pessoa com Deficiência

Atenção: Para responder às questões de números 17 e 18, considere a Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

17. A concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva, denomina-se
- (A) adaptação razoável.
 - (B) ajuda técnica.
 - (C) desenho universal.
 - (D) elemento de urbanização.
 - (E) comunicação.

18. Considere:

- I. Não se destina a adultos, mas sim, a jovens portadores de deficiência.
- II. Moradia capaz de proporcionar serviços de apoio apenas individualizados à pessoa com deficiência, sendo os serviços de apoio coletivos próprios das residências inclusivas.
- III. Moradia capaz de proporcionar serviços que ampliem o grau de autonomia da pessoa com deficiência.
- IV. Moradia destinada especialmente à pessoa com deficiência, em situação de dependência e que não disponha de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

No que concerne à moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, está correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Atenção: Para responder às questões de números 19 e 20, considere a Resolução nº 367/2016 que estabelece o Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

19. Para garantir os direitos de cidadania, deverão ser utilizados os seguintes recursos:

- (A) Melhorar a gestão de pessoas, aperfeiçoar a gestão de receitas, instituir a governança administrativa e melhorar a infraestrutura e governança de TIC.
- (B) Melhorar a gestão de pessoas, aperfeiçoar a gestão de custos, instituir a governança jurídica e melhorar a infraestrutura e governança de TIC.
- (C) Melhorar a gestão de pessoas, aperfeiçoar a gestão de receitas, instituir a governança jurídica e instituir a governança administrativa.
- (D) Aperfeiçoar a gestão de custos, instituir a governança jurídica, melhorar a infraestrutura e governança de recursos humanos e instituir a governança anticorrupção.
- (E) Aperfeiçoar a gestão de receitas, instituir a governança administrativa, melhorar a infraestrutura e governança de recursos humanos e instituir a governança anticorrupção.

20. Para a elaboração do Plano Estratégico do TRE-SP utilizou-se a metodologia BSC – *Balance Scorecard*, que aloca os diversos objetivos

- (A) administrativos, chamados de macroobjetivos, em perspectivas de análise.
- (B) estratégicos, chamados de macrodesafios, em perspectivas de metas administrativas.
- (C) estratégicos, chamados de macrodesafios, em perspectivas de penalidades.
- (D) administrativos, chamados de macroobjetivos, em perspectivas de metas funcionais.
- (E) estratégicos, chamados de macrodesafios, em perspectivas de análise.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração Pública**

21. Diferentes teorias foram desenvolvidas para explicar o fenômeno da liderança, algumas mais centradas nas características pessoais do líder e outras com foco na sua interação com o ambiente. Nesse contexto, o modelo proposto nos estudos de Fielder, que isolou determinados critérios situacionais, apresenta, entre outras, a seguinte conclusão:
- (A) o líder orientado para a tarefa tende a ter desempenho melhor em situações extremas, incluindo as muito desfavoráveis.
 - (B) o estresse afeta, favoravelmente, a atuação do líder, aguçando a racionalidade e propiciando a motivação da equipe.
 - (C) em situações muito favoráveis, o líder orientado para as pessoas é o mais adequado, porém enseja desmotivação e rotatividade.
 - (D) a maturidade dos subordinados é um elemento fundamental e deve ser cotejada com o estilo de liderança adotada.
 - (E) o líder eficaz orienta sua atuação para dois aspectos, simultaneamente: ênfase na produção e ênfase nas pessoas.
-
22. O grau de maturidade na gestão de processos que uma organização pode atingir, depende, em grande medida, do conhecimento das equipes envolvidas e da minimização de riscos e de efeitos indesejados. Na visão da *Society for Design and Process Science – SDPS*, consideram-se processos encenados aqueles
- (A) que servem como paradigma para o desenho dos processos da própria organização, fornecendo premissas para modelagem.
 - (B) que traduzem o grau ótimo de gestão de riscos, obtido a partir do envolvimento da equipe em dinâmicas de grupo.
 - (C) realizados conforme os modelos desenhados, simulados e emulados, correspondente ao Nível 4 de maturidade.
 - (D) correspondentes ao nível 5, otimizado, proposto pela visão do CBOK – Business Process Maturity.
 - (E) correspondentes ao nível mais precário de gestão de riscos, demandando mapeamento e modelagem para adequação.
-
23. A literatura aponta um claro *discrimen* entre as atividades rotineiras de uma organização e aquelas que são caracterizadas como projetos. Esse conceito restou sintetizado em uma das principais publicações do *Project Management Institute – PMI*, o PMBOK, que define projeto como um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. Um dos conceitos apresentados pelo PMBOK, relacionado às áreas de conhecimento para o gerenciamento de projetos, é a Estrutura Analítica do Projeto – EAP, que pode ser entendida como
- (A) a alocação do projeto dentro das prioridades da organização e sua conseqüente hierarquização.
 - (B) o mapeamento dos pontos críticos do projeto, denominados “*bottlenecks*” (gargalos).
 - (C) a descrição detalhada do projeto e do produto ou serviço resultante, correspondente ao seu escopo.
 - (D) a subdivisão das entregas e do trabalho a ser executado pela equipe envolvida no projeto, até sua menor divisão, denominada “pacotes de trabalho”.
 - (E) o fluxograma de todos os processos envolvidos na realização do projeto, com identificação da estimativa de tempo para cada tarefa.
-
24. A motivação é um tema de suma importância na gestão organizacional e, nesse sentido, diversas teorias buscam explicá-la. Entre as teorias denominadas de conteúdo, uma das mais representativas é a Teoria das Necessidades Adquiridas, desenvolvida por David McClelland, segundo a qual
- (A) os fatores extrínsecos que geram a motivação não são passíveis de controle, podendo, contudo, ser transformados em recompensas.
 - (B) um dos motivos que orientam a dinâmica do comportamento é o desejo de relacionamentos interpessoais amigáveis, denominado afiliação.
 - (C) o que determina a motivação é a correlação estabelecida entre a tarefa e a recompensa para a sua realização, denominada valência.
 - (D) existem necessidades individuais cuja busca pela satisfação se sucede, hierarquicamente, sendo esse o cerne do processo motivacional.
 - (E) a busca de realização, representada pela luta pelo sucesso, é um fator secundário na dinâmica da motivação, denominado expectância.



25. As organizações podem ser estruturadas de diferentes formas e cada tipo de estrutura se mostra mais adequado para determinada finalidade. Uma dessas modalidades é a denominada estrutura divisional, implantada inicialmente por Alfred Sloan na General Motors. Outra, é conhecida como estrutura matricial, que passou a ser implementada a partir do final do século XX. Uma das principais diferenças entre elas é que
- (A) ambas possuem unidades com autonomia, denominadas centros de resultados, porém apenas a matricial possui órgãos com duração limitada, ligados a determinados projetos.
 - (B) a divisional é departamentalizada pelo critério funcional no primeiro nível, enquanto a matricial é dividida por produto.
 - (C) ambas são orientadas por projeto, sendo a divisional organizada de forma verticalizada e a matricial em cadeias horizontais.
 - (D) a matricial é mais estável, com órgãos divididos por áreas de especialização, enquanto a divisional é mais flexível e pode ser ajustada de acordo com a produção.
 - (E) a divisional apura lucro ou prejuízo por centros de resultados e a matricial dentro do sistema contábil para o conjunto da empresa.
-
26. Uma das atividades próprias do administrador é a que diz respeito ao controle, no bojo da qual se insere:
- (A) fixação de critérios de avaliação do desempenho individual de cada colaborador em função dos resultados almejados.
 - (B) o denominado ajuste espontâneo, que corresponde ao alinhamento da ação às circunstâncias ambientais.
 - (C) estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo e a verificação do correspondente cumprimento.
 - (D) apenas medidas de natureza estritamente financeira, em especial contenção de gastos e revisão de estratégias voltadas para a busca da eficiência.
 - (E) medir e corrigir o desempenho de subordinados para assegurar que os objetivos e metas da organização sejam atingidos.
-
27. Um dos aspectos comumente apontados como diferenciação entre os conceitos de clima e cultura organizacional consiste em que
- (A) cultura é mais profunda, representando os pressupostos básicos do clima organizacional.
 - (B) clima possui natureza descritiva, representando o ser, e cultura prescritiva, representando o dever-ser.
 - (C) clima comporta mensuração, por meio de pesquisas, e cultura alteração, com base em ritos de degradação.
 - (D) clima possui natureza avaliativa, podendo ser classificado como favorável ou não, enquanto a cultura é descritiva, objeto de constatação.
 - (E) cultura possui apenas elementos intrínsecos, e clima aspectos extrínsecos, denominados artefatos observáveis.
-
28. A partir de divergências de percepções e ideias, os componentes de uma organização podem se colocar em posições antagônicas, caracterizando uma situação conflitiva. O conflito, conquanto inevitável, deve ser gerenciado, havendo diferentes abordagens para a gestão de conflitos, entre elas a que procura minimizar as diferenças entre os grupos, identificando objetivos comuns, ou, ainda, promovendo o reagrupamento de indivíduos. Trata-se da abordagem
- (A) de processo.
 - (B) estrutural.
 - (C) mista.
 - (D) distributiva.
 - (E) interativa.
-
29. Uma determinada entidade integrante da Administração pública pretende aplicar conceitos de gestão por competências, para recrutamento, avaliação, movimentação e remuneração de seus integrantes. Nesse contexto, uma das principais etapas a serem percorridas consiste no denominado mapeamento de competências, que corresponde
- (A) à prospecção dos melhores profissionais disponíveis no mercado e ao recrutamento e seleção para atuar na organização.
 - (B) ao desenho de cargos e funções de acordo com os desafios e oportunidades identificadas com base nos cenários apresentados.
 - (C) à identificação da missão e da visão da organização, bem como de suas forças e fraquezas.
 - (D) à identificação dos melhores profissionais disponíveis na organização e à alocação dos mesmos em postos estratégicos.
 - (E) à identificação das competências técnicas e comportamentais necessárias para o desempenho de cada cargo ou função da organização.



Administração Financeira e Orçamentária

30. A Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2017, de determinado ente público previu receitas e fixou despesas no valor de R\$ 2.750.600.000. Não constou na Lei Orçamentária as despesas com pessoal a serem realizadas pelo respectivo Poder Legislativo, sob a alegação de que muitos servidores seriam demitidos a partir de janeiro de 2017, portanto, não seria possível fixar o montante exato de tais despesas. Nestas condições, a Lei Orçamentária NÃO atendeu ao princípio orçamentário da
- (A) universalidade.
 (B) moralidade.
 (C) transparência.
 (D) exclusividade.
 (E) unidade.

Atenção: Para responder às questões de números 31 a 34, considere as seguintes informações relativamente à execução da Lei Orçamentária de determinado ente público, no exercício de 2016, segundo a Lei Federal nº 4.320/1964.

Receitas Arrecadadas	(Valores em R\$)
– Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados.....	180.000
– Transferência de Capital destinada à construção de hospitais públicos.....	160.000
– Rendimentos de Aplicações Financeiras	45.000
– Aluguel de Imóvel de Propriedade do ente público	15.000
– Operações de Crédito de Longo Prazo.....	320.000
– Alienação de Bens Imóveis	210.000
– Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural.....	75.000
– Indenizações e Restituições	25.000
– Multas e Juros de Mora	10.000
– Dívida Ativa do ICMS	110.000
– Impostos e Taxas	95.000

Despesas Empenhadas	
– Água, Luz e Telefone	35.000
– Construção de Ginásio Poliesportivo	180.000
– Manutenção de Veículos	55.000
– Aquisição de um terreno destinado à construção de duas escolas públicas	240.000
– Amortização de parcela de empréstimo de longo prazo	120.000
– Juros e encargos da dívida de longo prazo	25.000
– Aquisição de Material de Expediente.....	65.000
– Folha de Pagamento dos servidores ativos	390.000

Informações complementares

- Não havendo dotação orçamentária específica, no mês de outubro de 2016, foi aberto um crédito adicional no valor de R\$ 120.000, destinado à aquisição de dois veículos novos, utilizando recursos por anulação parcial de dotação orçamentária.
- Do total das despesas correntes empenhadas no exercício de 2016 foi pago no próprio exercício o valor de R\$ 480.000.
- O total das Receitas de Capital previstas na Lei Orçamentária para o exercício de 2016 foi de R\$ 650.000.

31. O crédito adicional aberto no valor de R\$ 120.000, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, classifica-se na modalidade
- (A) suplementar.
 (B) reforço de dotação.
 (C) especial.
 (D) extraordinário.
 (E) despesas de capital.

32. As receitas correntes arrecadadas somam, em R\$,

- (A) 555.000.
 (B) 510.000.
 (C) 540.000.
 (D) 530.000.
 (E) 480.000.



33. O Valor das despesas correntes empenhadas no exercício de 2016 e não pagas inscrito em restos a pagar é, em R\$, igual a
- (A) 25.000.
 - (B) 90.000.
 - (C) 35.000.
 - (D) 65.000.
 - (E) 210.000.
-
34. As receitas de capital arrecadadas durante o exercício de 2016 apresentaram
- (A) insuficiência de arrecadação..... R\$ 170.000
 - (B) insuficiência de arrecadação..... R\$ 120.000
 - (C) excesso de arrecadação..... R\$ 220.000
 - (D) superávit de arrecadação..... R\$ 150.000
 - (E) excesso de arrecadação..... R\$ 40.000
-
35. Durante a execução orçamentária do exercício de 2016, foram abertos créditos adicionais, no valor de R\$ 349.500.000. Segundo a Constituição Federal, os créditos adicionais que terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente, são denominados de
- (A) especiais, suplementares e extraorçamentários.
 - (B) suplementares e extraorçamentários, apenas.
 - (C) suplementares e extraordinários, apenas.
 - (D) especiais e extraordinários, apenas.
 - (E) especiais e extraorçamentários, apenas.
-
36. A despesa total com pessoal, de determinado órgão federal, referente ao segundo quadrimestre de 2016, excedeu em R\$ 70.000 o limite máximo estabelecido no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000. Considerando-se que o limite máximo da despesa total com pessoal é de R\$ 680.000, o limite prudencial, segundo a Lei Complementar nº 101/2000, corresponde, em R\$, a
- (A) 612.000.
 - (B) 712.500.
 - (C) 340.000.
 - (D) 675.000.
 - (E) 646.000.

Direito Administrativo

37. A Administração pública, quando se organiza de forma descentralizada, contempla a criação de pessoas jurídicas, com competências próprias, que desempenham funções originariamente de atribuição da Administração direta. Essas pessoas jurídicas,
- (A) quando constituídas sob a forma de autarquias, podem ter natureza jurídica de direito público ou privado, podendo prestar serviços públicos com os mesmos poderes e prerrogativas que a Administração direta.
 - (B) podem ter natureza jurídica de direito privado ou público, mas não estão habilitadas a desempenhar os poderes típicos da Administração direta.
 - (C) desempenham todos os poderes atribuídos à Administração direta, à exceção do poder de polícia, em qualquer de suas vertentes, privativo da Administração direta, por envolver limitação de direitos individuais.
 - (D) quando constituídas sob a forma de autarquias, possuem natureza jurídica de direito público, podendo exercer poder de polícia na forma e limites que lhe tiverem sido atribuídos pela lei de criação.
 - (E) terão natureza jurídica de direito privado quando se tratar de empresas estatais, mas seus bens estão sujeitos a regime jurídico de direito público, o que também se aplica no que concerne aos poderes da Administração, que desempenham integralmente, especialmente poder de polícia.
-
38. Entre as semelhanças e distinções possíveis de serem indicadas para os ocupantes de cargos e empregos públicos, está a
- (A) possibilidade de submissão a regime público de aposentadoria, independente da natureza jurídica do ente ao qual estão vinculados, desde que previsto na lei de criação do ente.
 - (B) obrigatoriedade, para ambos, de se submeterem a estatuto disciplinar contendo direitos e deveres, estes que, se violados, dão lugar a processo disciplinar para aplicação de penalidades, exigindo-se participação de advogado para imposição de pena demissão.
 - (C) obrigatoriedade de prévia submissão a concurso público de provas e títulos, sendo que, no caso de empregados públicos, desde que, da lei que cria o ente que integra a Administração indireta, tenha constado essa exigência.
 - (D) responsabilidade objetiva para os funcionários públicos, à semelhança do imposto para a Administração direta, enquanto remanesce a modalidade subjetiva para os ocupantes de emprego público e seus empregadores.
 - (E) possibilidade dos empregados públicos serem demitidos por decisão motivada, não sendo necessário processo disciplinar, tal qual exigido para os funcionários públicos efetivos.



39. Durante um evento cultural, realizado por determinada municipalidade, o palco onde estava sendo encenada uma peça de teatro cedeu, atingindo algumas pessoas que estavam na plateia, para as quais foi prestado atendimento médico. Algum tempo depois, a municipalidade foi acionada por um cidadão, pleiteando indenização por danos experimentados em decorrência de lesões sofridas no dia do acidente narrado, que o teriam impedido de trabalhar. Dentre os possíveis aspectos a serem analisados a partir dessa narrativa, está a possibilidade
- (A) do autor da ação demonstrar a culpa dos agentes públicos pelos danos que alega ter sofrido, em razão do tempo decorrido, que impediram a alegação de responsabilidade objetiva.
 - (B) da municipalidade demonstrar que seus agentes não agiram com culpa, tratando-se de caso fortuito, imprevisível, portanto, razão pela qual caberia ao autor comprovar suas alegações.
 - (C) do autor demonstrar o nexo causal entre o incidente ocorrido no dia do evento, que era realizado sob responsabilidade da municipalidade, e os danos que alega ter sofrido, para que seja configurada a responsabilidade objetiva do ente público.
 - (D) da municipalidade comprovar a ocorrência de uma das excludentes de responsabilidade que, em verdade, afastam a culpa do ente público pelo acidente em todos os casos de responsabilidade extracontratual objetiva.
 - (E) do autor demonstrar a veracidade de suas alegações e a ausência de atendimento por parte da municipalidade, tendo em vista que o socorro prestado imediatamente e no local do acidente afasta a responsabilidade extracontratual objetiva.
-
40. Os atos da Administração pública estão sujeitos a controle externo e interno. O controle exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas,
- (A) dá-se sobre atos e contratos firmados pela Administração pública, não sendo exercido, contudo, antes da celebração dos referidos instrumentos.
 - (B) inclui a análise dos editais de licitação publicados, permitindo a modificação da redação daqueles instrumentos, especialmente no que se refere à habilitação, a fim de preservar a igualdade entre os participantes do certame.
 - (C) autoriza a suspensão de atos e contratos celebrados pela Administração pública quando, instada a revogá-los ou anulá-los, não o fizer no prazo fixado.
 - (D) possibilita a sustação de atos pelo Tribunal de Contas, quando a Administração pública não sanar os vícios indicados pelo mesmo.
 - (E) permite a sindicância das licitações realizadas pela Administração direta e indireta, com a anulação de editais e contratos deles decorrentes sempre que houver vício de legalidade insanável.

Direito Constitucional

41. A constituição de associação que pretenda, independentemente de autorização governamental, dedicar-se ao estudo da forma de governo monárquica, com vistas a defender sua implantação no Brasil, percebendo, para tanto, auxílio técnico e financeiro de associações estrangeiras simpáticas à causa, será
- (A) compatível com a disciplina da liberdade de associação na Constituição da República.
 - (B) incompatível com a Constituição da República, por possuir a associação fim ilícito.
 - (C) incompatível com a Constituição da República, no que se refere à possibilidade de recebimento de auxílio financeiro de entidades estrangeiras.
 - (D) incompatível com a Constituição da República, por possuir a associação caráter paramilitar.
 - (E) compatível com a Constituição da República, desde que obtenha autorização governamental para sua constituição e funcionamento.
-
42. A respeito de magistrados e membros do Ministério Público, à luz da Constituição da República, considere:
- I. É vedado a magistrados receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, diferentemente do que ocorre em relação a membros do Ministério Público, para os quais se admitem exceções previstas em lei.
 - II. É assegurada, tanto a magistrados quanto a membros do Ministério Público, inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, hipótese em que a remoção poderá ser determinada, desde que mediante decisão do órgão colegiado competente, pelo voto de dois terços de seus membros.
 - III. É vedado, tanto a magistrados quanto a membros do Ministério Público, exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
 - IV. Juízes estaduais e membros do Ministério Público dos Estados serão julgados perante os Tribunais de Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) III e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I e IV.



43. O ato de nomeação de irmão de ocupante de cargo de direção em Secretaria de Estado para cargo em comissão de assessoramento do Governador
- (A) é compatível com a Constituição da República.
 - (B) viola a Constituição da República e pode ser objeto de mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) viola a Constituição da República e pode ser objeto de reclamação perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (D) viola a Constituição da República e pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (E) viola a Constituição da República e pode ser objeto de ação popular perante o Supremo Tribunal Federal.
-
44. Um partido político interessado em conhecer os termos de processo relativo ao julgamento de contas anuais de entidade federal que tramita perante o Tribunal de Contas da União, no curso do qual foi citado, formula requerimento para obter acesso aos autos, sendo o pleito indeferido pelo Presidente da Corte de Contas.
- Nessa hipótese, pretendendo o interessado ver sua pretensão acolhida em juízo, possuirá o Supremo Tribunal Federal competência para
- (A) processar e julgar mandado de segurança impetrado contra o ato, originariamente.
 - (B) processar e julgar *habeas data* impetrado contra o ato, originariamente.
 - (C) julgar, mediante recurso extraordinário, decisão que contrarie dispositivo da Constituição da República, proferida em sede de ação mandamental impetrada contra o ato.
 - (D) julgar, em recurso ordinário, decisão denegatória de mandado de segurança impetrado contra o ato.
 - (E) julgar, em recurso ordinário, decisão denegatória de *habeas data* impetrado contra o ato.
-
45. À luz da Constituição da República, brasileiro naturalizado que, comprovadamente, esteja envolvido em tráfico ilícito de entorpecentes, na forma da lei,
- (A) não poderá ser extraditado, pois é expressamente vedada a extradição de brasileiro.
 - (B) somente poderá ser extraditado se ficar caracterizado crime político ou de opinião, casos em que a Constituição veda expressamente a extradição apenas de estrangeiro.
 - (C) somente poderá ser extraditado se, antes, for cancelada a naturalização, por ato da autoridade administrativa competente, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
 - (D) poderá ser extraditado, desde que haja condenação pelo cometimento de crime comum praticado anteriormente à naturalização.
 - (E) poderá ser extraditado, ainda que o envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes seja posterior à naturalização.
-
46. Ao disciplinar o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, a Constituição da República
- (A) estabelece a obrigatoriedade de os servidores se aposentarem, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade, na forma de lei complementar.
 - (B) admite a adoção de requisitos e critérios diferenciados para os casos de servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, devendo ser aplicadas, no que couber, as regras do regime geral sobre aposentadoria especial, até a edição de lei complementar específica.
 - (C) veda a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência em questão, ainda que decorrentes do exercício de cargos passíveis de acumulação, como dois de professor ou dois privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
 - (D) prevê que a concessão do benefício de pensão por morte, regulamentado por lei complementar, será igual ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral, caso em atividade na data do óbito.
 - (E) autoriza a instituição, por lei de iniciativa do Poder Legislativo da esfera correspondente, de regime de previdência complementar para os servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo fixar, para valor das aposentadorias e pensões, nesse caso, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral.

**Direito Eleitoral**

47. Kiara é Ministra do Tribunal Superior Eleitoral. Glauber, parente por afinidade de Kiara em segundo grau, é cidadão brasileiro, advogado há 15 anos, possui notável saber jurídico e idoneidade moral e deseja compor o mesmo Tribunal que Kiara integra. Considerando as informações apenas indicadas neste enunciado, de acordo com o Código Eleitoral, Glauber
- (A) poderá fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral, por nomeação do Presidente da República, desde que indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) não poderá fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral em razão do parentesco que possui com Kiara.
 - (C) poderá fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral, por nomeação do Presidente da República, desde que indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) não poderá fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral, pois este é composto apenas por Ministros do Supremo Tribunal Federal e por membros do Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) poderá fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral, pois não podem fazer parte deste Tribunal apenas os cidadãos que tenham entre si parentesco por consanguinidade até o segundo grau na linha reta.
-
48. Considere a seguinte situação hipotética: Drauzio está no seu primeiro mandato como Presidente da República no Brasil. Sua esposa, Maria, deseja se candidatar ao mesmo cargo que seu marido nas próximas eleições. Nesse caso, Maria
- (A) poderá se candidatar ao cargo de Presidente da República apenas se Drauzio falecer, renunciar ou se afastar temporariamente do seu cargo até seis meses antes do pleito.
 - (B) é inelegível, pois deseja se candidatar a cargo a ser exercido no mesmo território de jurisdição que seu cônjuge e, portanto, não poderá se candidatar em nenhuma hipótese.
 - (C) poderá se candidatar ao cargo de Presidente da República apenas se Drauzio falecer, renunciar ou se afastar definitivamente do seu cargo até seis meses antes do pleito.
 - (D) é inelegível por ser cônjuge do Presidente da República e, poderá se candidatar ao mesmo cargo apenas se Drauzio falecer seis meses antes do pleito.
 - (E) poderá se candidatar ao cargo de Presidente da República apenas se Drauzio falecer, renunciar ou se afastar definitivamente do seu cargo até três meses antes do pleito.
-
49. Deodoro, engenheiro civil em determinada empresa, é filiado ao partido político "X", mas identificou-se com as ideologias do partido "Y", desejando, então, a este filiar-se. De acordo com a Lei nº 9.096/1995, Deodoro poderá filiar-se ao partido "Y",
- (A) se cancelada, de imediato, a filiação partidária no partido "X", desde que comunique o fato ao juiz da respectiva Zona Eleitoral.
 - (B) apenas se prevista essa hipótese no estatuto de ambos os partidos, com comunicação obrigatória ao partido "X" no prazo previsto nos estatutos.
 - (C) mantendo a filiação ao partido "X", desde que comunique o fato ao juiz da respectiva Zona Eleitoral.
 - (D) apenas se houver justa causa assim considerada como tal no estatuto do partido "X", com comunicação obrigatória ao partido "Y".
 - (E) apenas se cumprido o período de filiação de doze meses no partido "X", não sendo necessária, neste caso, a comunicação do fato ao juiz da respectiva Zona Eleitoral, mantendo dupla filiação.
-
50. Fátima é postulante à candidatura a cargo eletivo e deseja saber se pode realizar propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome pelo partido. Assim, Fátima poderá realizar,
- (A) no mês anterior à escolha pelo partido, propaganda intrapartidária por meio do uso de rádio, televisão e *outdoor*.
 - (B) na quinzena anterior à escolha pelo partido, propaganda intrapartidária por meio de uso de rádio, televisão e *outdoor*.
 - (C) no mês anterior à escolha pelo partido, propaganda intrapartidária, vedado o uso de rádio, televisão e *outdoor*.
 - (D) na quinzena anterior à escolha pelo partido, propaganda intrapartidária, vedado o uso de rádio, televisão e *outdoor*.
 - (E) após o dia 15 de agosto do ano da eleição, propaganda intrapartidária gratuita no rádio e na televisão.
-
51. Dante ganhou, em primeiro turno, as eleições para a chefia do executivo, nas últimas eleições. Após ter sido diplomado, teve contra sua pessoa representação (ação de investigação judicial eleitoral) julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso de poder econômico. Nesse caso, Dante
- (A) é inelegível para a eleição na qual foi diplomado, bem como para as que se realizarem nos dez anos seguintes.
 - (B) é inelegível apenas para a eleição na qual foi diplomado.
 - (C) não é inelegível, tendo em vista que não houve trânsito em julgado da decisão.
 - (D) não é inelegível, tendo em vista que a decisão foi proferida após a sua diplomação.
 - (E) é inelegível para a eleição na qual foi diplomado, bem como para as que se realizarem nos oito anos seguintes.



52. Em virtude da má situação financeira pela qual estava passando, Arnaldo, corretor de seguros, mudou-se de cidade, onde votou nas duas últimas eleições, há um mês. Deseja transferir, ainda nesta semana, o seu título de eleitor para seu novo domicílio. Considerando apenas os dados fornecidos na questão, em conformidade com a Resolução nº 21.538/2003, a transferência de Arnaldo
- (A) não será admitida, pois não está satisfeita a exigência da residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada pelo próprio eleitor.
 - (B) não será admitida, pois não está satisfeita a exigência da residência mínima de um ano no novo domicílio, declarada pelo próprio eleitor.
 - (C) será admitida a qualquer tempo a partir da declaração do novo domicílio pelo próprio eleitor.
 - (D) será admitida a qualquer tempo a partir da declaração do novo domicílio pelo juiz eleitoral da circunscrição.
 - (E) não será admitida, pois não está satisfeita a exigência da residência mínima de um ano no novo domicílio, declarada pelo juiz eleitoral da circunscrição.

Noções de Direito Civil

53. O menor de dezesseis anos
- (A) não possui personalidade, a qual é adquirida com a maioridade civil.
 - (B) possui personalidade e tem resguardados todos os direitos inerentes a ela, mas é absolutamente incapaz para os atos da vida civil.
 - (C) possui personalidade, mas os direitos inerentes a ela, bem como os atos da vida civil, poderão ser exercidos pessoalmente apenas aos dezesseis anos completos, quando é adquirida capacidade plena.
 - (D) possui personalidade, mas os direitos inerentes a ela, bem como os atos da vida civil, poderão ser exercidos, sob representação, apenas aos dezesseis anos completos, quando é adquirida capacidade relativa.
 - (E) possui personalidade e tem resguardados todos os direitos inerentes a ela, mas é relativamente incapaz para os atos da vida civil.
54. Manoel trabalha na cidade de Cajamar, reside, alternadamente, nas cidades de Jundiaí e Campinas, com ânimo definitivo, e passa férias, ocasionalmente, na cidade de Itatiba. De acordo com o Código Civil, considera(m)-se domicílio(s) de Manoel
- (A) Jundiaí e Campinas, apenas.
 - (B) Cajamar, apenas.
 - (C) Cajamar, quanto às relações concernentes à profissão, Jundiaí e Campinas, apenas.
 - (D) Cajamar, Jundiaí, Campinas e Itatiba.
 - (E) Jundiaí, Campinas e Itatiba, apenas.

Noções de Direito Processual Civil

55. É requisito da petição inicial a formulação de pedido, com suas especificações. De acordo com o novo Código de Processo Civil,
- (A) na ação que visar ao cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas só serão consideradas incluídas no pedido mediante declaração expressa do autor.
 - (B) é permitida a formulação de pedido genérico em reconvenção nas mesmas hipóteses em que seria cabível em ação principal.
 - (C) o pedido poderá ser aditado até a citação, desde que haja consentimento do réu.
 - (D) é lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.
 - (E) é vedada a cumulação de pedidos se para cada um deles corresponder tipo diverso de procedimento, ainda que o autor empregue o procedimento comum.
56. Sobre o mandado de segurança, considere:
- I. Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, a utilização do mandado de segurança depende do seu ajuizamento conjunto por todas elas, em litisconsórcio ativo.
 - II. O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 90 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
 - III. O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 dias, quando notificado judicialmente.
 - IV. É cabível mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
 - V. Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

**Noções de Direito Penal**

57. Moisés respondeu processo por crime de corrupção ativa cometido no dia 30 de Setembro de 2010, quando tinha 66 anos de idade. A denúncia oferecida pelo Ministério Público em 16 de Outubro de 2014 é recebida pelo Magistrado competente no dia 18 de Outubro do mesmo ano de 2014. O processo tramita regularmente e Moisés é condenado a cumprir pena de 2 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 10 dias-multa por sentença proferida em 25 de Abril de 2016 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano. Não houve interposição de recurso pelas partes e é certificado o trânsito em julgado. No caso hipotético apresentado, a prescrição da pretensão punitiva estatal regula-se pela pena aplicada ao réu Moisés e verifica-se em
- (A) 02 anos, devendo ser extinta a punibilidade do réu diante do decurso deste prazo entre a data do crime e do recebimento da denúncia.
 - (B) 04 anos, devendo ser extinta a punibilidade do réu diante do decurso deste prazo entre a data do crime e do recebimento da denúncia.
 - (C) 01 ano e 06 meses, devendo ser extinta a punibilidade do réu diante do decurso deste prazo entre a data do crime e do recebimento da denúncia e entre a data do recebimento da denúncia e da publicação da sentença.
 - (D) 03 anos, devendo ser extinta a punibilidade do réu diante do decurso deste prazo entre a data do crime e do recebimento da denúncia.
 - (E) 02 anos e o réu deverá cumprir integralmente a sua pena, não sendo o caso de extinção da sua punibilidade.
-
58. Ricardo reside na cidade de São Paulo e acaba testemunhando, da janela de sua residência, o furto de um veículo que estava estacionado na via pública, defronte ao seu imóvel, praticado por dois agentes. Para se vingar do seu desafeto e vizinho Rodolfo e sabendo de sua inocência, Ricardo apresenta uma denúncia anônima à Polícia noticiando que Rodolfo foi um dos autores do referido crime de furto. A autoridade policial determina a instauração de inquérito policial para apuração da autoria delitiva em relação a Rodolfo. Nesse caso hipotético, Ricardo cometeu crime de
- (A) denúncia caluniosa, com pena prevista de reclusão de dois a oito anos e multa, aumentada de sexta parte, pois serviu-se de anonimato.
 - (B) comunicação falsa de crime, com pena prevista de detenção de um a seis meses ou multa, aumentada de sexta parte, pois serviu-se de anonimato.
 - (C) denúncia caluniosa, com pena prevista de reclusão de dois a oito anos e multa, sem qualquer majoração.
 - (D) comunicação falsa de crime, com pena prevista de detenção de um a seis meses ou multa sem qualquer majoração.
 - (E) falso testemunho.

Noções de Direito Processual Penal

59. Considere as seguintes situações hipotéticas:
- I. Marcos é denunciado pelo Ministério Público pelo crime de falso testemunho na sua forma simples, com pena prevista de reclusão de 2 a 4 anos e multa.
 - II. Júlio é denunciado pelo Ministério Público pelo crime de descaminho, com pena prevista de 1 a 4 anos.
 - III. Juliana é denunciada pelo Ministério Público pelo crime de fraude processual, com pena prevista de 3 meses a 2 anos e multa.

Nos termos preconizados pelas Leis nº 9.099/1995 e nº 10.259/2001, que regulam os Juizados Especiais Criminais, o Ministério Público poderá oferecer proposta de suspensão condicional do processo, presentes os demais requisitos legais, para

- (A) Marcos, Júlio e Juliana.
 - (B) Júlio, apenas.
 - (C) Júlio e Juliana, apenas.
 - (D) Marcos e Júlio, apenas.
 - (E) Juliana, apenas.
-
60. Sobre as nulidades, à luz do Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar que
- (A) a nulidade de citação estará sanada se o acusado comparecer em juízo, antes de o ato consumar-se, ainda que declare que o faz para o único fim de argui-la.
 - (B) as omissões da denúncia poderão ser supridas a todo tempo antes da sentença final.
 - (C) nenhuma das partes poderá arguir nulidade referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
 - (D) a nulidade decorrente de omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato é considerada absoluta e não poderá ser sanada.
 - (E) a incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, capítulo 10. 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver um texto dissertativo a partir de uma única proposta, sobre tema atual e poderá versar sobre tema relacionado a área de atividade ou a especialidade do cargo. 10.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Redação. 10.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 6 (seis) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

O utilitarismo, iniciado por Jeremy Bentham, concentra-se na felicidade individual como a melhor forma de avaliar o grau de desenvolvimento humano. Outra abordagem avalia tal desenvolvimento de acordo com a renda, a riqueza e os recursos dos indivíduos.

Essas alternativas ilustram o contraste entre as abordagens baseadas na utilidade e nos recursos, em contraste com a abordagem das capacidades baseada na liberdade.

(SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p. 265)

A partir do que se afirma acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre a relação entre

Felicidade e Recursos Materiais.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	